



61-

**ATA**

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e dezanove, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – Domingos Bragança Salgado - e Vereadores Adelina Paula Mendes Pinto, Ricardo Jorge Castro Ribeiro da Costa, Paula Cristina dos Santos Oliveira, Fernando José Barros Pacheco Seara de Sá, Alice Sofia de Freitas Soares Ferreira Fernandes, André Guimarães Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo José Machado Pereira da Silva Araújo e Hugo Miguel Alves Ribeiro que substituiu a Vereadora Maria Helena Teixeira de Bragança Borges Soeiro, nos termos do art.º 79º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro. -----

Não compareceu o Vereador Bruno Alberto Vieira Fernandes, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

**-----ANTES DA ORDEM DO DIA-----****-----INTERVENÇÕES-----**

**1. Vereador André Coelho Lima** – Referiu uma notícia que veio a público que informa que todos os Serviços de Finanças do país já tomaram conhecimento da decisão do Governo, através de uma circular do passado dia 9 de julho, que determina que os prédios localizados nos centros históricos classificados pela UNESCO como património mundial estão isentos do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI). Recordou o que ao tempo foi discutido, lembrando que o executivo municipal sempre defendeu esta interpretação, divergindo apenas na ação que deveria ser interposta para resolver o problema junto das entidades nacionais.

Relembrou que o Presidente da Câmara entendeu que devia aguardar e continuar a exercer a sua influência no sentido de que a interpretação fosse no sentido da isenção total do IMI dos prédios situados na zona classificada como Património Cultural da Humanidade, enquanto que o PSD entendia que se devia ter avançado pela classificação individual desses prédios. Acrescentou, ainda, que, em 2017, a Câmara Municipal de Guimarães decidiu conceder isenção total de IMI aos prédios da zona classificada pela UNESCO, com exceção dos devolutos, após requerimento dos munícipes que teriam de comprovar documentalmente a respetiva ocupação. Assim, na sequência de um Acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que determina a uniformização de jurisprudência, perguntou se a Câmara Municipal ponderava devolver aos proprietários o IMI pago nos anos em que foi cobrado. -----

**2 – Vereador Ricardo Araújo – a)** - Referiu o processo de contratação de professores de Artes Performativas, que está a ser assumido pela Cooperativa A OFICINA, contrariamente aos anos anteriores em que era promovido pela Câmara Municipal. Disse querer registar duas situações decorrentes desta situação, designadamente a alteração do subsistema de saúde daqueles professores, bem como os critérios de seleção, que deixam de ser alvo de ponderação e ordenação dos candidatos com base em fatores objetivos; **b)** - Comentou a nova localização das Festas Gualterianas, concordando que as alternativas não eram fáceis. Contudo, considerou que esta alteração era uma demonstração do erro da localização anterior, no Parque das Hortas, junto ao Teleférico, o que o PSD criticou com base na necessidade de aproximar as Festas da cidade. Defendeu que a alternativa evidente seria o regresso ao Parque das Hortas extensivo à área envolvente, Largo República do Brasil e Alameda de S. Dâmaso. Assim, demonstrando não ter certeza de que o local escolhido não seja uma boa opção, perguntou



1.

por que razão foi este o lugar eleito e não o Parque das Hortas. -----

**3 – Vereador Hugo Ribeiro** – Referiu o abate de árvores na Alameda Dr. Alfredo Pimenta e o facto de a Autarquia ter tido, num passado recente, uma postura de intransigência relativamente ao abate e poda de árvores, tendo, inclusive, agido de forma ostensiva para com autarcas do concelho que somente fizeram simples podas, mas que foram imediatamente denunciados às autoridades competentes com ameaças de instauração de processos judiciais. Disse, ainda, ser curioso que, numa altura em que tanto se fala de Capital Verde Europeia e de preocupação ambiental, de uma só vez e no mesmo local se abata um grande número de árvores para possibilitar a instalação dos divertimentos das Festas Gualterianas. -----

**4 – Vereadora Adelina Paula Pinto** – Contextualizou o processo referente às Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) referindo uma preocupação desde o início deste procedimento e que tem que ver com a precariedade laboral, por compreender, no limite, dez horas semanais por docente, perfazendo um salário na ordem de €300,00 mensais. Esclareceu que, no caso das Artes Performativas, a mobilidade dos professores faz com que a meio do ano se esgote a possibilidade de substituição pela lista de ordenação do concurso, obrigando a novo procedimento concursal com toda a morosidade que isso representa. Acrescentou que, no sentido de resolver esta dificuldade, foi entendido vantajoso que a Cooperativa Oficina acumulasse as AEC e a Componente de Apoio à Família numa ótica de otimização de recursos, duplicando os horários de cada professor e contribuindo, assim, para a robustez e consolidação desta oferta educativa. Esclareceu, ainda, os critérios de seleção subjacentes ao procedimento. -----

**5 – Vereador António Monteiro de Castro** – Interveio sobre o local das Festas Gualterianas, designadamente sobre a importância para aquelas festas das Igrejas de Santos Passos e de S. Francisco, defendendo que se

poderia centrar a localização das festas em S. Francisco e em Santos Passos, estendendo-se os divertimentos para o Parque das Hortas. -----

**6 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre a isenção de IMI no Centro Histórico disse ter havido matéria de convergência e de divergência. Recordou o processo em que sempre tinha defendido que era o conjunto de edifícios do Centro Histórico que estava contemplado, reconhecendo unanimidade do executivo municipal na defesa de isenção de IMI, ao contrário da defesa da classificação individual de cada prédio como de interesse municipal, tal como o PSD propôs, que atingiria apenas um universo, no máximo, de 30% dos prédios, o que levaria a uma grande injustiça, já que esta isenção visa compensar os moradores por um conjunto de restrições, designadamente, o acesso de carro, a grande atividade social, as restrições na reabilitação das suas casas, entre outras. Referiu que o processo de classificação individual dos prédios é criterioso e remete para um quadro legal que ultrapassa o Município. Por último, disse que poderia ser devolvido aos proprietários o IMI que tenha sido cobrado antes da deliberação do ano de 2017, considerando uma retroatividade de quatro anos; **b)** - Sobre as Festas Gualterianas, disse ter alguma apreensão que esta manifestação cultural possa ser apreciada, não por aquilo que a distingue, mas pelo que a complementa. Disse que do conjunto de entidades auscultadas pelo Município relativamente à possível localização das Festas Gualterianas, a maioria mostrou-se favorável à deslocalização para a cidade, defendendo a ligação entre as Igrejas de S. Gualter e de S. Francisco e a Alameda Dr. Alfredo Pimenta, ainda que com a impossibilidade de utilizar a Rua Paio Galvão por ser estreita e por ter muito trânsito. Referiu, ainda, que a escolha mais consensual para as diversões foi a Alameda Dr. Alfredo Pimenta; **c)** - Sobre a intervenção do Vereador Hugo Ribeiro disse que Guimarães é uma cidade com uma grande mancha verde, esclarecendo a



L.

questão das podas. Disse que as árvores em causa estavam doentes e que era necessário atuar, sob pena de caírem, informando que serão substituídas por outros exemplares. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÃO**-----

1. Da seguinte informação: "Refere-se a presente informação técnica às áreas de reabilitação urbana (ARU) definidas para o município de Guimarães, visando esta enquadrar e materializar um ponto de situação das mesmas. Para o município de Guimarães, existe um conjunto de 15 ARU, a saber: a. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Torcato; b. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. João de Ponte; c. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Brito; d. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Ronfe; e. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de S. Jorge de Selho; f. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Serzedelo; g. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Lordelo; h. Área de reabilitação urbana do centro cívico e histórico de Moreira de Cónegos; i. Alteração e ampliação da área de reabilitação urbana área de reabilitação urbana do centro das Taipas: avenida da República à rua da Charneca; j. Alteração e ampliação da área de reabilitação urbana do centro da cidade: rua D. João I à zona de Couros de modo a incluir as zonas das hortas e Cruz de Pedra; k. Área de reabilitação urbana do parque industrial de S. João de Ponte; l. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Pencelo/Selho S. Lourenço; m. Área de reabilitação urbana do parque industrial de Briteiros Santo Estevão; n. Área de reabilitação urbana do parque industrial da Gandara, Barco; n. Área de reabilitação urbana do centro histórico: área classificada como património cultural da humanidade pela UNESCO, rua Francisco Agra, avenida General

Humberto Delgado e quarteirão da rua de Santo António, rua Gil Vicente e rua Paio Galvão. Este conjunto de ARU foi formalizado em três momentos distintos: 1. Em 2015 para a área central das Taipas e parte da área central da cidade; 2. Em 2016 para as áreas centrais das oito vilas (para lá das Taipas) e quatro áreas industriais, resultando estas do processo de materialização do plano estratégico de desenvolvimento urbano (PEDU); 3. Em 2018 para a área, genericamente, denominada como centro histórico. Sendo inerente a cada ARU um programa estratégico denominado operação de reabilitação urbana (ORU), a legislação em vigor possibilita que ambos (ARU e ORU) sejam aprovados em simultâneo ou de forma autónoma e distinta, fixando (como condição) que a ORU seja concretizada e aprovada no prazo de três anos após a entrada em vigor da ARU (prazo de validade de uma ARU sem a respetiva ORU). No presente, encontra-se executada a ORU da primeira delimitação da Aru da cidade, tendo já sido aprovada pelo órgão executivo o ajustamento e revisão da mesma em função da redelimitação da ARU, entretanto realizada, aprovada e hoje em vigor. Igualmente, no presente, foram executadas propostas para aprovação do órgão executivo as ORU relativas a Taipas, Pevidém e Ponte. Ainda no presente, foi iniciado o trabalho inerente à execução da ORU de Serzedelo, não se registando a execução (ou estando em fase de tal) mais nenhuma ORU (ou seja, para as restantes vilas e áreas industriais). A execução das ORU visou responder à dinâmica urbana observada nos vários espaços territoriais como também enquadrar e suportar as intervenções e investimentos entretanto registados e prospetivados para as mesmas áreas. Assim, por força de investimentos como a refuncionalização da “casa do Costeado”, a requalificação da área central das Taipas, a requalificação do “centro cívico de Ponte” e o estudo de centralidade de Pevidém, entendeu-se que as ORU destas quatro ARU se reportavam como prioritárias (acrescentando-se também o carácter





11.

*pe*

referenciador que as vilas em causa possuem relativamente às freguesias envolventes). Por outro lado, reunindo Serzedelo um conjunto de investimentos perspectivados e um estudo de centralidade elaborado, considerou-se que Serzedelo justificaria a sua priorização na execução da ORU respetiva. Porque não registaram uma dinâmica de “procura” e se revelam estabilizadas quer no seu desempenho urbano, quer nos princípios estruturantes para as suas áreas centrais e zonas industriais, as restantes ORU a executar foram admitidas como passíveis de serem executadas numa segunda fase de modo a melhor serem ponderados e reavaliados as respetivas delimitações físicas das ARU (eventuais alterações e ajustamentos), estudos e intervenções a realizar bem como a pertinência dos objetivos inicialmente fixados (para as mesmas ARU). A elaboração deste conjunto adicional de ORU considera-se que deverá ser objeto de atenção e concretização após finalização do processo inerente às ORU consideradas prioritárias (cidade, Taipas, S. João de Ponte e S. Jorge de Selho) de modo a possibilitar a revisão e “reativação” das ARU e aprovação do respetivo programa estratégico (ORU).” -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL, REALIZADA EM 4 DE JULHO DE 2019. DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. -----

**FREGUESIAS – FREGUESIA DE MOREIRA DE CÓNEGOS – DELIBERAÇÃO DE 30 DE MAIO DE 2019 – REVISÃO AO CONTRATO CELEBRADO EM 10 DE JULHO DE 2019** - Presente a seguinte proposta: “A Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão realizada em 19 de junho de 2019, sancionou a deliberação da Câmara Municipal de Guimarães datada de 30 de maio de

2019, que aprovou a celebração de um Contrato de Atribuição com a Freguesia de Moreira de Cónegos, para execução das obras de “Requalificação do fontanário Baixinha, no cemitério e em diversas ruas”, com uma verba no valor de €39.110,16, referente à rubrica 4.2.3.13, à qual corresponde o cabimento nº 3063/2019 e compromisso nº 3316/2019. No momento da celebração do respetivo contrato de atribuição de subsídio, verificou-se ter havido um lapso no pedido de cabimento e compromisso da verba em causa, isto é, foi solicitado o cabimento e compromisso no valor de €39.100,16 em vez de €39.110,16, pelo que o contrato foi celebrado com o valor de €39.100,16, sendo agora necessário aprovar um aditamento àquele contrato, uma vez que o valor cabimentado não corresponde ao valor das deliberações. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário, para posterior aprovação pelo órgão deliberativo, a aprovação de uma revisão ao contrato celebrado em 10 de julho de 2019, nos termos da cláusula 10ª daquele contrato, passando o nº 1 da cláusula 2ª a ter a seguinte redação: “Para a prossecução do objeto definido na cláusula 1ª e a sua execução nos termos previstos na cláusula 6ª, é concedida, pelo Município à Freguesia, uma verba até ao limite do valor de €39.110,16 (trinta e nove mil e cento e dez euros e dezasseis cêntimos)”.” **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. URBANISMO – TINTOJAL – TINTURARIA E ACABAMENTOS, LDA – CERTIDÃO DE INTERESSE ECONÓMICO PARA O CONCELHO** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação ao ponto de situação do pedido de “certidão de interesse económico para o concelho”, solicitado nos termos da alínea e) do nº3 do artigo 57º do Regulamento do PDM apresentando para o efeito uma planta de localização. Conforme informação datada de 5.7.2018, que reflete a análise a uma planta de implantação fornecida (conforme imagem infra), pode-se verificar que a





área proposta a ampliar ultrapassa largamente os índices previstos na categoria de solo em causa. Na citada informação refere-se que a certidão de interesse municipal ou de interesse económico para o concelho deveria ser enquadrada na alínea a) do n.º 3 do artigo 29º ou na alínea b) do n.º 2 do artigo 45º do Regulamento do PDM pelo que, caso assim se considere superiormente, julga-se que a certidão poderá ser emitida com o referido enquadramento, em substituição da alínea e) do n.º 3 do artigo 57º do Regulamento do PDM, solicitada pelo requerente.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram **declaração de voto**, que foi ditada para a ata pelo Vereador André Coelho Lima, cujo teor a seguir se transcreve: “O que estamos a votar é uma certidão de interesse económico relativamente à empresa Tintojal – Tinturaria e Acabamentos, Lda., situada na freguesia de Ronfe. Esta declaração de interesse económico, muito embora tenha apenas este alcance, visa, essencialmente, permitir ou iniciar um processo que conduz à ocupação de terreno *non aedificandi*. Temos, **em primeiro lugar**, que estar cientes das responsabilidades de contrariar pareceres técnicos, muito embora tenhamos defendido, já por várias vezes, que a condução de uma Câmara ou o exercício em abstrato de funções políticas não pode limitar-se a ser um “notário” de pareceres técnicos. É igualmente verdade que temos de ter especiais cuidados quando os pareceres técnicos nos dão avisos e nos põem alerta para determinadas situações. **Em segundo lugar**, temos no parecer técnico o alerta para a proximidade do rio e o que isso significa do ponto de vista de política ambiental. Tem sido dito por esta Câmara, e pelo seu Presidente em particular, que a requalificação das zonas em torno das margens dos rios será feita em todo o concelho e muito particularmente na Vila e na Freguesia de Ronfe, pelo que um projeto a realizar aqui que esteja

em contacto demasiado com o rio deve, naturalmente, ser analisado com cuidado para não entrar em contradição com aquilo que têm sido os apelos relativamente à política ambiental e à devolução dos rios à população. **Em terceiro lugar**, as preocupações com a rede viária e com a ocupação da mesma. Sabemos bem que as intervenções urbanísticas de meados e de final do século passado nos trouxeram variadíssimas situações das quais todos nos envergonhamos, designadamente industriais, com acessos que não são próprios nem do século XX quanto mais do século XXI. Desconhecendo o impacto concreto, é evidente que não queremos ser responsáveis por uma solução que possa levar à atrofia do ponto de vista rodoviário e de estacionamento. **Em quarto lugar**, e mais importante, é a existência de alternativas alegadas no parecer. Temos votado sempre a favor e continuaremos a votar quando as empresas ou indústrias estão estranguladas no seu desenvolvimento. Temos aprovado sempre a ocupação em solo de reserva agrícola ou ecológica quando as empresas não têm alternativa ao seu crescimento. Se for verdade que existem alternativas do ponto de vista da planificação urbanística, naturalmente mais dispendiosas, elas devem ser obviamente ponderadas antes da emissão de uma autorização de construção em solo agrícola ou ecológico. Damos a credibilidade técnica de perceber que muitas vezes a edificação resolve melhor as situações do que a não edificação, pelo que este voto favorável é um voto de confiança de que o que será ali licenciado do ponto de vista da autorização de edificação possa fazer com que o enquadramento do rio seja melhor do que hoje, porque também aí não somos fundamentalistas. Temos defendido em muitas outras zonas ribeirinhas que é melhor a construção nas margens para devolver o rio à população do que a não construção, colocando o rio inacessível à população. Muitas vezes, a devolução dos rios à população passa pela intervenção nas suas margens.



1.

Não sabendo ser este o caso, damos credibilidade ao que foi dito pelo Vereador Fernando Seara de Sá de que esta seja uma dessas situações”. -----

**URBANISMO – CORPO NACIONAL DE ESCUTAS - ESCUTISMO CATÓLICO PORTUGUÊS RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO PARA “OBSERVATÓRIO DA AVIFAUNA NO PARQUE PENHA CENTRO ESCUTISTA DE GUIMARÃES – PCEG”** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica ao pedido de reconhecimento de interesse público de uma construção (e atividade/uso associado), destinada à “observação da avifauna no parque do Penha Centro Escutista de Guimarães – PCEG”, localizada em terreno classificado, total ou parcialmente, como reserva agrícola nacional (RAN) e reserva ecológica nacional (REN). A pretensão em causa – reconhecimento de interesse público – visa habilitar a instrução de pedido de autorização de “uso de solo” junto das entidades tutelares da RAN e da REN. Da análise dos elementos apresentados, verifica-se que: **1.** A proposta apresentada reporta a uma construção existente e sua reabilitação, não introduzindo alteração de contexto dissonante relativamente à envolvente da mesma; **2.** A proposta promove o contacto com o “ambiente natural” bem como potencia a relação da população com tal ambiente; **3.** A mesma proposta corresponde a uma atividade e instituição de valor comunitário, ganhando relevância no meio físico onde se insere; **4.** A mesma proposta não observa objeções do ponto de vista urbanístico. Consultada a junta de freguesia da Costa, a mesma não manifesta oposição. Assim, e face ao exposto, julga-se reunidas as condições necessárias para submissão a decisão superior o reconhecimento de interesse público solicitado. Caso favorável a decisão, a mesma deverá ser sujeita a aprovação por parte quer do órgão executivo municipal, quer do órgão deliberativo municipal.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**URBANISMO – OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) RESPEITANTE À ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO CENTRO DAS TAIPAS: AVENIDA DA REPÚBLICA À RUA DA CHARNECA** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica à operação de reabilitação urbana (ORU) da área de reabilitação urbana (ARU) do centro das Taipas: Avenida da república à rua da Charneca, publicada em diário da república, 2ª série, nº 144, 28 de Julho 2016. Em função da conclusão do trabalho de elaboração da ORU, consulta das unidades orgânicas entendidas como implicadas no processo, e realização dos ajustamentos considerados pertinentes, submete-se à consideração superior a aprovação da ORU em causa (e programa estratégico de atuação), em função do disposto no artigo 17 do regime jurídico de reabilitação urbana (lei 32/12), no presente: 1. Deverá a proposta da ORU ser submetida a aprovação da câmara municipal (em reunião do seu órgão executivo); 2. Caso favorável, posteriormente, a mesma proposta deverá ser remetida ao instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) para parecer não vinculativo; 3. Em simultâneo, a proposta em causa deverá ser submetida a discussão pública (nos termos do número 4 do mesmo artigo). Posteriormente, em função do parecer e participações verificados, registar-se-á ou a reformulação da proposta (considerada pertinente) ou a submissão a aprovação final por parte da assembleia municipal. Em anexo, a informação técnica e proposta da ORU mencionadas. Nos termos descritos, propõe-se a submissão da presente proposta de ORU ao órgão executivo.” A informação técnica e a proposta da ORU dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Tal como referido no ponto um - informação para conhecimento - foram já definidas pelo nosso



1.

município quinze **Áreas de Reabilitação Urbana** sendo duas para a cidade, nove para os centros cívicos e históricos das vilas do Concelho e quatro para os parques industriais de Ponte, de Pencelo/Selho S. Lourenço, de Briteiros Santo Estevão e da Gândara em Barco S. Cláudio. A aprovação das ARUs, tem em vista, como é sabido, o desenvolvimento, no prazo de três anos, da execução de Operações de Reabilitação Urbana ORUs, as quais, após aprovadas pelo Município, deverão ser de imediato enviadas ao IHRU e postas à discussão pública para, no final, e após a eventual reformulação, serem submetidos à aprovação pela Assembleia Municipal. Até ao momento está já executada e aprovada a ORU da primeira delimitação da cidade e temos hoje, para aprovação, outras três, para os centros cívicos das Taipas, de Ponte e de Pevidém. Embora tendo sido feita uma leitura atenta às ORU"s em apreciação, nomeadamente, no caso da vila das Taipas e no que se refere aos investimentos a levar a cabo pelo Município, não é nossa intenção pronunciarmo-nos sobre a sua parte técnica, parecendo-nos contudo uma solução adequada e a vir ao encontro daquilo que também sempre defendemos. Aquilo que nos cabe dizer é que, desde da primeira hora, temos assumido uma posição de total apoio à utilização destes instrumentos legais e administrativos para a requalificação e reabilitação urbana dos centros cívicos e históricos da cidade, das vilas e das freguesias do nosso concelho. Aliás, sempre estivemos com as propostas que visavam o desenvolvimento da nossa terra, fossem elas ou não de nossa autoria. Agora, não poderíamos também deixar de apoiar o aproveitamento do novo regime jurídico de reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei 307/2009, alterado pela Lei 32/2012 de 14 Agosto, com os importantes incentivos que transportam, sejam eles as fontes de financiamento, sejam os benefícios fiscais tais como a redução do valor do IVA para 6%, a isenção do IMI até cinco anos após a reabilitação, a isenção de IMT para a 1ª transação e a

redução até 50% das taxas de urbanização. Na verdade, é uma oportunidade imperdível para o nosso município poder promover a reabilitação e a requalificação dos principais centros cívicos e históricos da cidade e vilas. Claro que, ao município, como entidade gestora e principal interessada nos processos, cabe-lhe, sobretudo, a intervenção nos espaços públicos, dotando-os não só de infraestruturas adequadas às exigências dos tempos de hoje como de novas roupagens, também elas mais consentâneas com as novas estéticas e exigências ambientais relacionadas com a sustentabilidade. Guimarães precisa de estender a sua atratividade a outras esferas da inovação do conhecimento e do desenvolvimento. Os €6.340.000 previstos para as Taipas, os €3.430.000 previstos para Ponte e os €12.817.000 previstos para Pevidém totalizando um valor aproximado de €22.587.000, serão, estamos certos, indutores de investimento e aposta por parte dos privados nos seus patrimónios presentes nestas áreas objeto de operação da reabilitação urbana. No final de todas estas quinze intervenções teremos reunido, com certeza, condições para não só proporcionar melhor qualidade vida aos vindouros como, sobretudo, para dotar o nosso território de uma maior atratividade para o investimento qualificado. Iremos, pois, votar favoravelmente as presentes propostas de aprovação das ORUs das Taipas, de Ponte e de Pevidém -----

**URBANISMO – OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) IMPLICANDO ALTERAÇÃO À ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO CENTRO CÍVICO E HISTÓRICO DE PONTE** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica à operação de reabilitação urbana (ORU) implicando alteração à área de reabilitação urbana (ARU) do Centro Cívico e Histórico de Ponte, aprovada pela assembleia municipal e publicada em Diário da República a 22 de julho de 2016. Esta abrange a Rua Reitor Joaquim Augusto Maciel Ribeiro Torres, o largo da igreja paroquial de Ponte





e sua envolvente urbana, estendendo-se por uma parcela de terreno de forte arborização e valor paisagístico delimitada a Este pela Estrada Nacional 101 e a sul pelas Ruas da Pontizela e Boucinha. Atualmente propõe-se uma ampliação desta área a sul da Rua Reitor J. A. Maciel Ribeiro Torres até à Praça Eng. Manuel Mattos Chaves, considerando ser de maior pertinência a melhoria geral da mobilidade dessa rua, estruturante em toda a sua extensão, ajudando assim à consolidação do tecido urbano ligado pelo *continuum* de núcleos cívicos que surgem ao longo do percurso dessa rua. Contudo exclui-se da área delimitada a única grande unidade industrial abrangida pelo anterior limite, devido ao facto de esta não se encontrar em carência de intervenção, e de se considerar pertencente a uma lógica de continuidade urbana diferente ditada pela tipicidade do seu espaço-canal, a Estrada Nacional 101. Em função da conclusão do trabalho de elaboração da ORU, consulta das unidades orgânicas entendidas como implicadas no processo e realização dos ajustamentos considerados pertinentes, submete-se à consideração superior a aprovação da ORU em causa (e programa estratégico de atuação) com a alteração da respetiva ARU, em função do disposto no artigo 17.º do regime jurídico de reabilitação urbana (lei 32/12). Com efeito: 1. Deverá a proposta da ORU ser submetida a aprovação da câmara municipal (em reunião do seu órgão executivo); 2. Caso favorável, posteriormente, a mesma proposta deverá ser remetida ao instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) para parecer não vinculativo; 3. Em simultâneo, a proposta em causa deverá ser submetida a discussão pública (nos termos do número 4 do mesmo artigo). Posteriormente, em função do parecer e participações verificados, registar-se-á a reformulação da proposta (considerada pertinente) ou a submissão à aprovação final por parte da assembleia municipal. Nos termos descritos, propõe-se a submissão da presente proposta de ORU ao órgão executivo. Junto, anexa-

se o documento da ORU de Ponte.” A informação técnica e a proposta da ORU dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: “Tal como referido no ponto um - informação para conhecimento - foram já definidas pelo nosso município quinze **Áreas de Reabilitação Urbana** sendo duas para a cidade, nove para os centros cívicos e históricos das vilas do Concelho e quatro para os parques industriais de Ponte, de Pencelo/Selho S. Lourenço, de Briteiros Santo Estevão e da Gândara em Barco S. Cláudio. A aprovação das ARUs, tem em vista, como é sabido, o desenvolvimento, no prazo de três anos, da execução de Operações de Reabilitação Urbana ORUs, as quais, após aprovadas pelo Município, deverão ser de imediato enviadas ao IHRU e postas à discussão pública para, no final, e após a eventual reformulação, serem submetidos à aprovação pela Assembleia Municipal. Até ao momento está já executada e aprovada a ORU da primeira delimitação da cidade e temos hoje, para aprovação, outras três, para os centros cívicos das Taipas, de Ponte e de Pevidém. Embora tendo sido feita uma leitura atenta às ORUs em apreciação, nomeadamente, no caso da vila das Taipas e no que se refere aos investimentos a levar a cabo pelo Município, não é nossa intenção pronunciarmo-nos sobre a sua parte técnica, parecendo-nos contudo uma solução adequada e a vir ao encontro daquilo que também sempre defendemos. Aquilo que nos cabe dizer é que, desde da primeira hora, temos assumido uma posição de total apoio à utilização destes instrumentos legais e administrativos para a requalificação e reabilitação urbana dos centros cívicos e históricos da cidade, das vilas e das freguesias do nosso concelho. Aliás, sempre estivemos com as propostas que visavam o desenvolvimento da nossa terra, fossem elas ou não de nossa autoria.



A.

Agora, não poderíamos também deixar de apoiar o aproveitamento do novo regime jurídico de reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei 307/2009, alterado pela Lei 32/2012 de 14 Agosto, com os importantes incentivos que transportam, sejam eles as fontes de financiamento, sejam os benefícios fiscais tais como a redução do valor do IVA para 6%, a isenção do IMI até cinco anos após a reabilitação, a isenção de IMT para a 1ª. transação e a redução até 50% das taxas de urbanização. Na verdade, é uma oportunidade imperdível para o nosso município poder promover a reabilitação e a requalificação dos principais centros cívicos e históricos da cidade e vilas. Claro que, ao município, como entidade gestora e principal interessada nos processos, cabe-lhe, sobretudo, a intervenção nos espaços públicos, dotando-os não só de infraestruturas adequadas às exigências dos tempos de hoje como de novas roupagens, também elas mais consentâneas com as novas estéticas e exigências ambientais relacionadas com a sustentabilidade. Guimarães precisa de estender a sua atratividade a outras esferas da inovação do conhecimento e do desenvolvimento. Os €6.340.000 previstos para as Taipas, os €3.430.000 previstos para Ponte e os €12.817.000 previstos para Pavidém totalizando um valor aproximado de €22.587.000, serão, estamos certos, indutores de investimento e aposta por parte dos privados nos seus patrimónios presentes nestas áreas objeto de operação da reabilitação urbana. No final de todas estas quinze intervenções teremos reunido, com certeza, condições para não só proporcionar melhor qualidade vida aos vindouros como sobretudo, para dotar o nosso território de uma maior atratividade para o investimento qualificado. Iremos, pois, votar favoravelmente as presentes propostas de aprovação das ORUs das Taipas, de Ponte e de Pavidém.” -----

**URBANISMO – OPERAÇÃO DE REABILITAÇÃO URBANA (ORU) IMPLICANDO ALTERAÇÃO À ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA (ARU) DO CENTRO DE**

**PEVIDÉM: DELIMITADA A NORTE PELA RUA DE MONTENEGRO/RUA DO COVELO E A SUL PELA ZONA DO MOÍNHO DO BURACO** – Presente a seguinte informação: “Refere-se a presente informação técnica à operação de reabilitação urbana (ORU) implicando alteração à área de reabilitação urbana (ARU) do centro cívico e histórico de Pevidém: delimitada a norte pela rua de Montenegro/ rua do Covelo e a sul pela zona do Moinho do Buraco, publicada em diário da república, 2ª série, nº 141, 25 de Julho 2016. No decorrer do aprofundamento dos estudos de caracterização e de diagnóstico territorial, a aplicação dos critérios subjacentes à delimitação inicial da ARU levou a que se procedesse a um ajustamento dos seus limites, a oeste, entre a rua Padre José Gonçalves e a rua do Trabalhador Têxtil e desta com a rua de São Jorge, propondo-se assim a inclusão do quarteirão onde se encontra um exemplar da arqueologia industrial, a ser reabilitado/refuncionalizado. Em função da conclusão do trabalho de elaboração da ORU, consulta das unidades orgânicas entendidas como implicadas no processo, e realização dos ajustamentos considerados pertinentes, submete-se à consideração superior a aprovação da ORU em causa (e programa estratégico de atuação) com a alteração da respetiva ARU, em função do disposto no artigo 17 do regime jurídico de reabilitação urbana (lei 32/12), no presente: 1. Deverá a proposta da ORU ser submetida a aprovação da câmara municipal (em reunião do seu órgão executivo); 2. Caso favorável, posteriormente, a mesma proposta deverá ser remetida ao instituto de habitação e reabilitação urbana (IHRU) para parecer não vinculativo; 3. Em simultâneo, a proposta em causa deverá ser submetida a discussão pública (nos termos do número 4 do mesmo artigo). Posteriormente, em função do parecer e participações verificados, registar-se-á ou a reformulação da proposta (considerada pertinente) ou a submissão a aprovação final por parte da assembleia municipal. Em anexo, a



1.

informação técnica e proposta da ORU mencionadas. Nos termos descritos, propõe-se a submissão da presente proposta de ORU ao órgão executivo. A informação técnica e a proposta da ORU dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** Os Vereadores André Coelho Lima, António Monteiro de Castro, Ricardo Araújo e Hugo Ribeiro apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Tal como referido no ponto um - informação para conhecimento - foram já definidas pelo nosso município quinze **Áreas de Reabilitação Urbana** sendo duas para a cidade, nove para os centros cívicos e históricos das vilas do Concelho e quatro para os parques industriais de Ponte, de Pencelo/Selho S. Lourenço, de Briteiros Santo Estevão e da Gândara em Barco S. Cláudio. A aprovação das ARUs, tem em vista, como é sabido, o desenvolvimento, no prazo de três anos, da execução de Operações de Reabilitação Urbana ORUs, as quais, após aprovadas pelo Município, deverão ser de imediato enviadas ao IHRU e postas à discussão pública para, no final, e após a eventual reformulação, serem submetidos à aprovação pela Assembleia Municipal. Até ao momento está já executada e aprovada a ORU da primeira delimitação da cidade e temos hoje, para aprovação, outras três, para os centros cívicos das Taipas, de Ponte e de Pavidém. Embora tendo sido feita uma leitura atenta às ORUs em apreciação, nomeadamente, no caso da vila das Taipas e no que se refere aos investimentos a levar a cabo pelo Município, não é nossa intenção pronunciarmo-nos sobre a sua parte técnica, parecendo-nos contudo uma solução adequada e a vir ao encontro daquilo que também sempre defendemos. Aquilo que nos cabe dizer é que, desde da primeira hora, temos assumido uma posição de total apoio à utilização destes instrumentos legais e administrativos para a requalificação e reabilitação urbana dos centros cívicos e históricos da cidade, das vilas e das freguesias

do nosso concelho. Aliás, sempre estivemos com as propostas que visavam o desenvolvimento da nossa terra, fossem elas ou não de nossa autoria. Agora, não poderíamos também deixar de apoiar o aproveitamento do novo regime jurídico de reabilitação urbana aprovado pelo decreto-lei 307/2009, alterado pela Lei 32/2012 de 14 Agosto, com os importantes incentivos que transportam, sejam eles as fontes de financiamento, sejam os benefícios fiscais tais como a redução do valor do IVA para 6%, a isenção do IMI até cinco anos após a reabilitação, a isenção de IMT para a 1ª. transação e a redução até 50% das taxas de urbanização. Na verdade, é uma oportunidade imperdível para o nosso município poder promover a reabilitação e a requalificação dos principais centros cívicos e históricos da cidade e vilas. Claro que, ao município, como entidade gestora e principal interessada nos processos, cabe-lhe, sobretudo, a intervenção nos espaços públicos, dotando-os não só de infraestruturas adequadas às exigências dos tempos de hoje como de novas roupagens, também elas mais consentâneas com as novas estéticas e exigências ambientais relacionadas com a sustentabilidade. Guimarães precisa de estender a sua atratividade a outras esferas da inovação do conhecimento e do desenvolvimento. Os €6.340.000 previstos para as Taipas, os €3.430.000 previstos para Ponte e os €12.817.000 previstos para Pevidém totalizando um valor aproximado de €22.587.000, serão, estamos certos, indutores de investimento e aposta por parte dos privados nos seus patrimónios presentes nestas áreas objeto de operação da reabilitação urbana. No final de todas estas quinze intervenções teremos reunido, com certeza, condições para não só proporcionar melhor qualidade vida aos vindouros como sobretudo, para dotar o nosso território de uma maior atratividade para o investimento qualificado. Iremos, pois, votar favoravelmente as presentes propostas de aprovação das ORUs das Taipas, de Ponte e de Pevidém.” -----





L. 1.

**PROTOCOLOS – HOSPITAL DA SENHORA DA OLIVEIRA - CONTINUIDADE DO PROJETO “APOIO DOMICILIÁRIO A PESSOAS COM PERTURBAÇÃO MENTAL” - RENOVAÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO** – Presente a seguinte proposta: “As transformações sociais, familiares e demográficas, e o contexto económico e social, marcados pelo agudizar das taxas de desemprego, pelos problemas sociais e pelo envelhecimento das populações, concorrem para que a prevenção da saúde mental detenha um papel de destaque nas orientações emanadas pelo Plano Nacional de Saúde Mental (PNSM) 2017-2020, que pretende promover a descentralização dos serviços de saúde mental, de modo a permitir a prestação de cuidados mais próximos das pessoas e a facilitar uma maior participação das comunidades, dos utentes e das suas famílias. No cumprimento desta missão surge em 2013, no âmbito do Orçamento Participativo, o projeto “Apoio Domiciliário a Pessoas com Perturbação Mental”, que visa o acompanhamento, no domicílio, de doentes referenciados pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital da Senhora da Oliveira (HSO), residentes no concelho de Guimarães, complementando os objetivos do Programa de Prevenção de Recaídas (PPR), promovido pelo HSO, que permite oferecer cuidados especializados a nível hospitalar e a nível de intervenção comunitária a doentes com patologia mental grave. Este projeto conta com a colaboração de uma equipa multidisciplinar constituída por médicos psiquiatras, um enfermeiro, um assistente social e uma psicóloga, contando com a colaboração da Câmara Municipal de Guimarães que cede uma viatura e um motorista, uma vez por semana. Desde 2014, data em que o projeto começa a ser implementado, a equipa a ele adstrita acompanhou 347 doentes com diagnóstico de esquizofrenia e outras perturbações psicóticas, com descompensações frequentes e com graves disfunções no seu funcionamento pessoal, familiar e social. Em 2018, foram visitados 63

utentes, num total de 175 visitas domiciliárias, que permitiram identificar, entre outros, situações sociais de risco, comportamentos de risco para terceiros, má adesão terapêutica aos tratamentos, assiduidade deficiente às consultas e tratamentos, comportamentos suicidários, consumos tóxicos e maus tratos (conforme relatório em anexo). A intervenção levada a cabo tem-se assumido como uma mais-valia para os doentes mentais e para as suas famílias, minimizando a necessidade de internamentos, as tentativas de suicídio e a incidência de comportamentos de risco. Adicionalmente, as famílias e os utentes alvo desta medida evidenciam menos problemas relacionais, menor necessidade de institucionalização e melhores prognósticos. O projeto “Apoio domiciliário a pessoas com perturbação mental” apresenta-se como uma resposta inovadora e eficaz, que oferece respostas adequadas às problemáticas da população-alvo e possibilita uma prestação de cuidados de proximidade, contribuindo para uma comunidade mais sã e inclusiva, pelo que submeto para aprovação a renovação do Acordo de Cooperação com o Hospital da Senhora da Oliveira, de acordo com as condições e nos termos explanados na Minuta que se anexa, e ao abrigo do disposto nas alíneas r) e u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.” A minuta do Acordo de Cooperação dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – ASSOCIAÇÃO DIGNITUDE - REFORÇO DO NÚMERO DE CARTÕES A ATRIBUIR AO ABRIGO DO PROGRAMA “ABEM: REDE SOLIDÁRIA DO MEDICAMENTO”** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência da aprovação da adesão do Município ao Programa “Abem: Rede Solidária do Medicamento”, na Reunião de Câmara decorrida a 22 de março de 2018, a Câmara Municipal de Guimarães e a Associação Dignitude assinaram no dia 27 de março de 2018 um protocolo que, desde então, tem



L.

ju

assegurado aos mais carenciados o acesso livre, rápido e eficaz a medicamentos. Através deste Programa, a Divisão de Ação Social tem identificado, referenciado e atribuído um conjunto de cartões que garantem aos munícipes beneficiários a cobertura total do valor não participado pelo SNS na aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica. Este processo afigura-se muito vantajoso para os beneficiários pois, para além de não existir um *plafond* associado, depois de atribuído o respetivo cartão deste programa cada pessoa pode, autonomamente, escolher e dirigir-se a uma das farmácias aderentes e adquirir a sua medicação, sem necessidade de apresentação de orçamentos, e sem tempo de espera, como acontece nos processos que são apoiados por via do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Esta comparticipação na totalidade das necessidades de aquisição de medicação apenas é possível porque fica a cargo do Fundo Solidário ABEM, competindo ao Município a contribuição com 100 euros anuais por beneficiário. Compete igualmente ao Município, em exclusivo, a referenciação dos beneficiários e a entrega dos cartões aos munícipes (cabendo a responsabilidade da emissão dos cartões à associação Dignitude), o que nos permite garantir que este apoio é concedido a quem efetivamente necessita. Em proposta aprovada na Reunião de Câmara de 15 de março de 2018 ficou determinada a atribuição deste cartão a 100 pessoas carenciadas, numa primeira fase deste projeto, tendo a procura deste apoio excedido as nossas previsões iniciais, pelo que, entretanto, foi autorizado o número de cartões emitidos, estando atualmente já atribuídos 300 cartões. Efetuada nova avaliação a este processo registam-se, à data, cerca de 150 pedidos em lista de espera. Considerando que o apoio para aquisição de medicação ao abrigo do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade é pontual e implica um processo

mais moroso e uma resposta menos célere, e por forma a garantir a equidade no acesso a este benefício de todos os agregados familiares em situação de comprovada carência socioeconómica, submeto para aprovação a atribuição de mais 300 cartões atendendo, por um lado, à necessidade de renovar anualmente os primeiros cartões emitidos e, por outro, à premência de atribuir cartões aos beneficiários que se encontram em lista de espera, o que implica um custo de €30.000 (trinta mil euros) para o Município.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOCOLOS – UNICEF – NOVO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO E PAGAMENTO DA VERBA ASSOCIADA AO RECONHECIMENTO FORMAL DE GUIMARÃES COMO “CIDADE AMIGA DAS CRIANÇAS”** – Presente a seguinte

proposta: “A UNICEF, através do Programa “Cidades Amigas das Crianças”, pretende melhorar a qualidade de vida das crianças, reconhecendo e realizando os seus direitos, numa lógica de promoção do progresso das comunidades e de implementação de políticas coordenadas para a infância e adolescência. Em foco, está a promoção da participação dos mais novos nas decisões, nas políticas e nos programas dos municípios portugueses e também a melhoria do trabalho em rede entre entidades públicas e privadas. Reconhecida a importância do envolvimento do nosso município nesta temática, e também considerando a necessidade de dar resposta, com qualidade e coerência, ao projeto “Carta da Cidadania InfantoJuvenil” (promovido pela Associação para o Desenvolvimento das Comunidades Locais e do qual a Câmara de Guimarães é parceira), foi efetuada uma candidatura junto do Comité Português para a UNICEF, a 3 de fevereiro de 2016, e posteriormente formalizada a adesão ao Programa “Cidades Amigas das Crianças”, através da assinatura do Protocolo de Cooperação entre o Comité Português para a UNICEF e a Câmara Municipal de Guimarães, no dia 13 de outubro de 2016. Foi, entretanto, elaborado o Plano de Ação Local



L.

(PAL), um documento de caracterização do Município, com base num diagnóstico local, que inclui as medidas a implementar nos próximos quatro anos. Para o efeito, constituiu-se um Mecanismo de Coordenação, constituído por elementos representativos dos diferentes setores com impacto na vida das nossas crianças. Este plano foi apresentado ao Comité Português para a UNICEF que, recentemente, nos veio comunicar a sua aprovação, remetendo-nos o parecer formal de reconhecimento de Guimarães como uma Cidade Amiga das Crianças, nos termos do documento em anexo à presente informação. A atribuição deste reconhecimento implica a celebração de um Protocolo de Colaboração ao abrigo do novo Regulamento deste Programa (documentos em anexo), bem como o pagamento de uma verba de €4.000,00 (quatro mil euros), relativa ao período temporal que corresponde à implementação do PAL, entre 2019 e 2022, que respeita ao apoio técnico que a equipa da UNICEF prestará a Guimarães neste processo. Considerando os desígnios estratégicos de Guimarães em matéria da defesa dos direitos dos mais novos, que assentam na promoção da sua auscultação permanente e na convicção de que só por intermédio de um processo efetivamente participativo e inclusivo podem resultar os meios que permitem servir melhor as nossas crianças e jovens, e também porque é possível e necessário que estes participem de forma ativa e responsável na construção do futuro que almejam para o nosso município, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeto para aprovação a Minuta do Protocolo de Colaboração a celebrar e também o pagamento de €4.000,00 (quatro mil euros) à UNICEF, respeitantes ao apoio técnico que a equipa da UNICEF prestará a Guimarães durante o período de implementação do seu PAL. À consideração superior.” A minuta do protocolo de colaboração dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES ESCOLARES DE ALUNOS DO 1.º CEB – ANO LETIVO 2019/2020 – RETIFICAÇÃO DA REPARTIÇÃO DE ENCARGOS** - Presente a

seguinte informação: “No âmbito da abertura do procedimento por concurso público n.º 1/19 para a aquisição de serviços de transportes escolares para o período letivo 2019/2020, foram aprovadas pela Assembleia Municipal de Guimarães, em sessão de 3 de maio de 2019, as seguintes despesas plurianuais: **Ano 2019 (setembro a dezembro)** - €134.505,00 + IVA; **Ano 2020 (janeiro a julho)** - €233.782,50 + IVA. Atendendo a que nenhum concorrente apresentou proposta de preço devido ao reduzido valor do preço base, promoveu-se a abertura de novo procedimento de contratação pública, com um preço base no valor de €384.675,00. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal a retificação da repartição dos encargos, até um valor máximo de €384.675,00 (trezentos e oitenta e quatro mil e seiscentos e setenta e cinco euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, da seguinte forma: **Ano 2019 (setembro a dezembro)** - €137.145,00+ IVA; **Ano 2020 (janeiro a julho)** - €247.530,00+IVA. A despesa enquadra-se na rubrica orçamental com a classificação económica 02.02.10 da ação do plano 2.1.2.57 - transportes escolares, do orçamento em vigor, com as propostas de cabimento nº 1643 de 19 de março de 2019 e n.º 3924 de 8 de julho de 2019.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – ASSOCIAÇÃO DO QUADRILÁTERO URBANO - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES PARA O ANO DE 2019** — Presente a seguinte proposta: “O Município de Guimarães é associado, em conjunto com os Municípios de Braga, Barcelos e Vila Nova de Famalicão, da associação de municípios de fins específicos





L.

“QUADRILÁTERO URBANO”, que tem como fim principal a implementação do Programa Estratégico de Cooperação (PEC), e prosseguindo uma estratégia potenciadora da relação entre um modelo urbano policêntrico qualificado e inovador nas práticas de governança urbana e territorial e uma estratégia de competitividade e internacionalização da base económica sustentada em competências e recursos para a inovação gerados a partir da ligação entre os tecidos científicos, de formação, tecnológico e empresarial. A associação Quadrilátero Urbano, consciente de que a projeção competitiva a nível internacional da região, renovou-se e atualizou-se num novo Pacto para o atual período até 2020. O Pacto Estratégico de Cooperação Quadrilátero Urbano 2020, define-se uma Visão, uma Missão e a área de Atuação da Associação e as entidades signatárias comprometem-se a representar e a promover o território, mobilizando recursos e competência para a operacionalização da Agenda Comum e impulsionando novos projetos que contribuam para a projeção desta rede de cidades. Uma das obrigações dos associados, nos termos da al. c) do art.º 5.º dos Estatutos é efetuar as contribuições financeiras nos termos estabelecidos na lei e nos estatutos. Estas contribuições financeiras são, nos termos do art.º 36.º dos mesmos Estatutos, fixadas pela Assembleia Geral, sob proposta do Conselho Executivo, para compartilhar nas despesas correntes da gestão da associação, através de um valor definido anualmente, com pagamentos mensais. Neste sentido é necessário que a Câmara Municipal aprove a transferência das verbas que competem ao Município de Guimarães relativa ao ano de 2019 num valor mensal de € 1.000,00 (mil euros), num total anual de €12.000,00 (doze mil euros), em conformidade com os documentos em anexo, nomeadamente a Proposta do Conselho Executivo e ata da Assembleia Geral, nº175.2019 de 7/03/2019; nº15.2018 de 15/03/2019, respetivamente.” As referidas atas dão-se aqui por reproduzidas e ficam

arquivadas em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** O Presidente da Câmara e o Vereador Ricardo Costa não participaram na discussão e na votação da proposta por se considerarem impedidos, uma vez que pertencem aos órgãos sociais da entidade, tendo a Vice-Presidente presidido à reunião até ter terminado a votação. -----

**TRÂNSITO - ALTERAÇÃO DE TRÂNSITO NA RUA DE CORTINHAS – FREGUESIA DE S. TORCATO** – Presente a seguinte proposta: “Pela presente se submete à apreciação Camarária a alteração ao trânsito na freguesia de São Torcato, conforme postura em anexo, aprovada pela Junta e Assembleia de Freguesia. A proposta visa incrementar a acessibilidade local dos moradores, sem prejuízo dos constrangimentos associados ao seu reduzido perfil transversal no seu tramo inicial.” A postura de trânsito e as atas dos órgãos deliberativo e executivo da Freguesia de S. Torcato dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO, POR UNANIMIDADE, APROVAR SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL.** -----

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLOS COM OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS NO ÂMBITO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NO 1.º CEB – ANO LETIVO 2019/2020** – Presente a seguinte informação: “Como é do conhecimento superior, desde a criação do Programa de Generalização do Ensino de Inglês e de Outras Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º ciclo do ensino básico, o Município de Guimarães tem vindo, em articulação com os Agrupamentos de Escolas, a promover o desenvolvimento das atividades nos domínios desportivo e artístico, assumindo, com a celebração do Contrato de Execução com o Ministério da Educação, competências e atribuições na implementação daquele Programa, nomeadamente ao nível do recrutamento de docentes e técnicos. Conforme o estipulado no artigo 15º,



da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, cabe à Câmara Municipal, enquanto entidade promotora, estabelecer um protocolo de colaboração com cada um dos agrupamentos de escolas, onde identifique: as atividades de enriquecimento curricular a promover; a duração semanal; o local ou locais de funcionamento de cada atividade; as responsabilidades e competências de cada uma das partes; o número de alunos em cada atividade; os recursos humanos necessários ao funcionamento das atividades. Adicionalmente, e nos termos do artigo 1º e do número 3, do artigo 2º, do Decreto-Lei nº 169/2015, de 24 de agosto, está prevista a possibilidade de celebração de parcerias com outras entidades para o desenvolvimento e concretização das AEC, pelo que nessa conformidade, e nos termos do Contrato-Programa celebrado entre a Câmara Municipal e a *A Oficina*, a dinamização do programa de educação artística nas escolas designado por “MAIS DOIS” será assegurada por aquela entidade. Neste sentido, e considerando que o período que habitualmente é concedido às autarquias para a apresentação do processo de candidatura aos apoios financeiros concedidos pelo Ministério da Educação é muito reduzido, propomos, a fim de ser preparado o respetivo processo, nos termos do artigo 21.º, da Portaria acima mencionada, a celebração de Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas e do Ato de Execução de Contrato Programa, conforme minutas em anexo.” As minutas dos Acordos de Colaboração com os Agrupamentos de Escolas e do Ato de Execução de Contrato Programa dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -**

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS ALIMENTARES AOS ALUNOS DAS EB DE SALGUEIRAL – CREIXOMIL E CASAIS – BRITO – ANO LETIVO 2019/2020** – Presente a seguinte proposta: “Como é do conhecimento superior, na generalidade dos estabelecimentos de educação

pré-escolar e ensino do 1.º ciclo, o serviço de fornecimento de refeições é adjudicado a empresa de restauração coletiva. Subsistem, contudo, casos em que este serviço é assegurado por outras entidades por força das parcerias estabelecidas entre a autarquia e a comunidade local desde 1992, de que são exemplo o *Centro Social de Brito* na EB de Casais – Brito e a *SARC - Salgueiral – Associação de Recreio e Cultura* na EB Salgueiral – Creixomil. Atentos aos objetivos sociais de ambas as entidades, designadamente na prossecução de ações que visam o apoio a crianças, jovens, deficientes e à família, e mantendo-se a intenção da autarquia em dar continuidade aos apoios concedidos aos alunos que frequentam aqueles estabelecimentos, designadamente ao nível da alimentação, e que são assegurados por aquelas entidades, propõe-se, nos termos dos n.ºs 2 e 3, do art.º 3, do Regulamento de Acesso ao Financiamento do Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico, aprovado pelo Despacho n.º 8452-A/2015, de 31 de julho, e da al. u), do n.º 1, do art.º 33, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, a celebração de um protocolo com o *Centro Social de Brito* e a *Associação SARC*, de acordo com o documento em anexo. O valor do apoio a transferir mensalmente para cada uma das entidades é de €2.151,80 para o Centro Social e de €775,20 para a Associação, calculado com base no número de alunos utilizadores do serviço de refeição no ano letivo 2018/2019 e respetivos escalões de ação social escolar de que são beneficiários. O valor a transferir mensalmente será sujeito a acertos no final de cada período letivo em função dos dados constantes da plataforma de gestão de ensino (SIGA). Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso do valor de €31.421,80, assim discriminado: *Centro Social de Brito*: €23.669,80 - setembro a dezembro de 2019: €8.607,20; janeiro a



1.

fu

julho de 2020: €15.062,60. SARC – *Salgueiral Associação de Recreio e Cultura*: €7.752 - setembro a dezembro de 2019: € 3.100,80; janeiro a junho de 2020: €4.651,20. Por último, mais se informa que, nos termos do art.º 28.º do REO de 2019, o gestor é Helena Pinto. Rubrica do Plano: 2.1.2.56 – Refeitórios Escolares. À consideração superior.” A minuta do protocolo dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS AOS ALUNOS DO 1.º CEB PARA AQUISIÇÃO DE LIVROS DE FICHAS E/OU CADERNOS DE ATIVIDADES - ANO LETIVO 2019/2020** – Presente a seguinte proposta:

“Como é do conhecimento superior, a Câmara Municipal, em complemento à medida preconizada pelo Ministério da Educação de gratuidade dos manuais escolares, tem vindo a proceder à distribuição de livros de fichas e cadernos de atividades das diferentes áreas curriculares a todos os alunos do 1º ciclo do ensino básico. Assim, e mantendo-se a intenção de dar continuidade aos apoios concedidos nos anos letivos anteriores, e em linha com o preconizado pelo Ministério de Educação no sentido de serem promovidas práticas que, em respeito pelos preceitos da contratação pública, favoreçam e valorizem a economia local, propõe-se que, nos termos da al. u), n.º 1, do art.º 33.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro com as alterações introduzidas pela Lei n.º 69/2015, de 16 de julho, se proceda à atribuição de um apoio aos alunos para a aquisição dos livros e cadernos de atividades adotados nos respetivos estabelecimentos de ensino de frequência para as diferentes áreas curriculares. De modo a operacionalizar a concessão desse apoio propõe-se ainda a transferência das verbas para os agrupamentos de escolas, tendo por base os valores atribuídos no ano letivo 2018/2019, conforme discriminado na tabela em anexo. Mais se informa que mediante os comprovativos de despesa

apresentados por cada um dos agrupamentos de escolas se procederá aos respetivos acertos financeiros. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso do montante de €150.933,22. Rubrica: 2.1.2.60 01. À consideração superior.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO - COMPARTICIPAÇÃO DO MATERIAL ESCOLAR DOS ALUNOS DO 1.º CEB NO ÂMBITO DA ASE POR AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS - ANO**

**LETIVO 2019/2020** – Presente a seguinte proposta: “Como é de conhecimento superior, compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea hh), do número 1, do artigo 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, deliberar em matéria de ação social escolar, designadamente no que respeita (...) a atribuição de auxílios económicos a estudantes. Assim, e tendo por base a relação de material considerada essencial ao desenvolvimento das atividades letivas em função dos conteúdos programáticos abordados em cada um dos anos de escolaridade no 1º ciclo do ensino básico e os dados disponíveis na plataforma SIGA relativamente ao número de alunos abrangidos pelos escalões A e B da ação social escolar no ano letivo transato, propõe-se a atribuição de uma verba global no valor de €40.584,00 destinada a compartilhar o material escolar dos alunos abrangidos por esta medida de apoio socioeducativo. De modo a operacionalizar a concessão desse apoio propõe-se ainda a transferência das verbas para os agrupamentos de escolas, conforme discriminado na tabela em anexo. Em face do exposto, solicita-se despacho de autorização de cabimento e compromisso do montante acima indicado e que se destinada a apoiar um universo de 1815 alunos abrangidos pela ação social escolar, dos quais 764 pelo escalão A e 1051 pelo escalão B.” A referida tabela dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro





11.

de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO À ABAE NO ÂMBITO DO**

**PROGRAMA ECO-ESCOLAS 2018/2019** – Presente a seguinte proposta: “A

Câmara Municipal de Guimarães, em parceria com *Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE)*, tem vindo a cooperar desde 2001/2002 na implementação do Programa Eco-Escolas, sendo que esta parceria tem produzido efeitos positivos ao nível da obtenção do respetivo Galardão pelos estabelecimentos de ensino aderentes, constituindo-se como um indicador de desenvolvimento sustentável e de eficiência ao nível da educação ambiental. Os Projetos Eco-Escolas desenvolvidos nos estabelecimentos de ensino do concelho têm contribuído para uma efetiva sensibilização e consciencialização ambiental, através da promoção de atividades pedagógicas, que, de forma efetiva, asseguram a eco-sustentabilidade da própria escola, reduzindo o impacto no ambiente e os custos com o seu funcionamento. Na sequência do protocolo celebrado com a Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE), cabe à Câmara Municipal o pagamento da inscrição de cada uma das escolas aderentes ao referido do Programa, num total de 54 escolas. Assim, considerando a importância que o Programa Eco-Escolas tem vindo a assumir no âmbito da consciencialização ambiental junto das comunidades educativas, propõe-se, a exemplo de anos anteriores, e nos termos da al. d), do nº2, do art.º. 23º e da al. u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que seja dado despacho de autorização de cabimento e compromisso para a atribuição de uma verba à *Associação Bandeira Azul da Europa*, no valor de €3.780,00, destinada ao pagamento das despesas inerentes à implementação do Programa. Mais se informa que a verba para o efeito está inscrita na rubrica 2.1.1.1.2.58.04 – Eco Escolas, e que o gestor do contrato nos termos do art.º 28º do REO de 2019 é Helena Pinto.” -----

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE - RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA**

**DO FUNDO DE MANEIO – JUNHO DE 2019** - Presente a seguinte

informação: “Por deliberação de 3 de janeiro de 2019 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento com caráter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade. Importa assim, submeter a ratificação os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa que se anexa.”

O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – PROPOSTA DE ALOJAMENTO - OCUPAÇÃO DE QUATRO HABITAÇÕES VAGAS E DUAS VAGAS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA**

**FEMININA** - Presente um ofício da CASFIG, EM, UNIPESSOAL, LDA remetendo, para aprovação do executivo camarário, uma proposta de ocupação de quatro habitações vagas e de duas vagas em residência partilhada, aprovada pelo respetivo Conselho de Gestão em sua reunião ordinária de 26 de junho de 2019, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** A Vereadora Paula Oliveira não participou na discussão e na votação da proposta por se considerar impedida em virtude de pertencer aos órgãos sociais da empresa. -----

**AÇÃO SOCIAL – A CASTREJA – COOPERATIVA DE APOIO SOCIAL E CULTURAL, CRL - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a

seguinte proposta: “A CASTREJA – Cooperativa de Apoio Social e Cultural, CRL solicitou, a colaboração do município através da cedência de um



autocarro, para efetuar o transporte das crianças e idosos nos dias 01 e 09 de julho, a Fafe e Penafiel. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 5 de julho de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à ratificação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – GRUPO ENCONTRO DE SABERES - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “O Grupo Encontro de Saberes solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos idosos no dia 29 de julho, à Póvoa de Varzim. Assim, ao abrigo do disposto na alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização do autocarro em causa, por meu despacho datado de 10 de julho de 2019, deferi o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – 34º ENCONTRO DO INTERNATIONAL WORKSHOP ON STATISTICAL MODELLING - AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE TRABALHO EXTRAORDINÁRIO** – Presente a seguinte proposta: “Teve lugar em Guimarães, entre os dias 8 e 12 de Julho, o 34º Encontro do International Workshop on Statistical Modelling (IWSM2019), pela primeira vez realizado em Portugal. Evento dirigido a académicos, investigadores e a outros profissionais utilizadores da Estatística, o programa incluiu 5 Oradores Convidados de renome em diversas áreas da Estatística e reuniu 150 congressistas vindos de vários países de todo o mundo. O programa dirigido

aos participantes contou com os eventos programados para o Centro Cultural Vila Flor e com visitas à cidade tendo havido necessidade de recorrer a um autocarro do Município para o transporte dos participantes para o jantar de gala que se realizou na Pousada do Mosteiro, o que implicou a realização de trabalho extraordinário com um custo estimado de €40,00, cujo pagamento proponho seja autorizado.” **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – GRUPO CULTURAL E RECREATIVO “OS VINTE ARAUTOS DE D. AFONSO HENRIQUES” - VII ENCONTRO DOS ATUAIS E ANTIGOS MORADORES DA PRAÇA DE SÃO TIAGO, LARGO DA OLIVEIRA E ZONAS ENVOLVENTES - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO** – Presente a seguinte proposta:

“Vem o Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques” solicitar a atribuição de um apoio financeiro que lhes permita promover as atividades culturais agendadas para o VII Encontro dos atuais e antigos moradores da Praça de São Tiago, Largo da Oliveira e zonas envolventes, a realizar no próximo dia 14 de setembro. O programa cultural associado a este VII Encontro contempla animação musical durante o almoço, danças de salão na Praça de São Tiago e uma noite de fados também no Largo da Oliveira, cujos custos se estimam em €3.000,00. Considerando o interesse de que se reveste esta iniciativa, por estimular o convívio de atuais e antigos moradores, reforçando laços identitários e de proximidade tão característicos do nosso Centro Histórico e que, por essa razão, importa preservar, proponho, nos termos da alínea u) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Grupo Cultural e Recreativo “Os Vinte Arautos de D. Afonso Henriques”, de um subsídio de €1.500,00, destinado a compartilhar nos custos implicados no programa cultural associado ao VII Encontro dos atuais e antigos moradores da Praça de São Tiago, Largo da



11.

Oliveira e zonas envolventes, a realizar no próximo dia 14 de setembro.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – GRUPO FOLCLÓRICO DE SÃO TORCATO - REQUALIFICAÇÃO DA ÁREA ENVOLVENTE DO ARMAZÉM - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO –** Presente

a seguinte proposta: “Tendo completado recentemente 61 anos de existência e atividade, o Grupo Folclórico de São Torcato continua a ser um dos mais prestigiados representantes da cultura popular e do folclore Vimaraneses. Os responsáveis do Grupo estabeleceram como prioritária a requalificação do seu armazém e área envolvente, construído há 40 anos, no sentido de o dotar das condições de segurança atualmente exigidas. A importância deste armazém prende-se sobretudo com o facto de acomodar todo o espólio da Festa das Colheitas que todos os anos atrai a São Torcato milhares de visitantes que têm a oportunidade de testemunhar a reprodução das técnicas tradicionais de lavoura. O espaço tem também uma função pedagógica para os alunos das escolas do concelho que todos os anos visitam a Vindima. Em resultado do empenho e contributo de responsáveis e amigos do Grupo Folclórico, foram já adquiridos alguns materiais indispensáveis para que a obra possa avançar. Contudo, verifica-se igualmente a necessidade de requalificar o espaço exterior e, fundamentalmente, proceder à construção de muros de suporte e vedação do terreno onde está situado o referido armazém. Estando localizado em espaço que requer cuidados urbanísticos, estão disponíveis para ceder ao domínio público uma área suficiente para o prolongamento do passeio existente, bem como a baía de estacionamento. Acresce a necessidade de pavimentar a área envolvente à edificação e respetiva vedação. Os orçamentos solicitados ascendem a €25.000 que, adicionados ao esforço financeiro para a requalificação do armazém, fazem com que seja impossível ao Grupo Folclórico assumir a totalidade da despesa, razão pela

qual solicitam o apoio da Câmara Municipal. Considerando o interesse de que se reveste esta iniciativa, por promover a requalificação da área envolvente de um espaço com relevantes fins culturais e pela melhoria urbanística que aquela requalificação viabiliza, proponho, nos termos da alínea o) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, a atribuição, ao Grupo Folclórico de São Torcato, de um subsídio de €25.000,00, que será pago mediante a realização de autos de medição pelo Departamento de Obras Municipais.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**CULTURA – ASSOCIAÇÃO MUSICAL ARTÍSTICA DO CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO DE HOLANDA – OS MUSIKE - PEDIDO DE CEDÊNCIA DE**

**AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: “A Associação Musical Artística do Centro de Formação Francisco de Holanda – Os Musike solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro, para efetuar o transporte dos seus elementos, no dia 14 de setembro, a Vila Verde. Considerando que se trata de uma deslocação no âmbito da realização de um concerto e não havendo inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por despacho datado de 5 julho de 2019, foi proposto deferir o pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal de Guimarães, a atribuição deste tipo de apoios, submete-se à aprovação do Executivo Camarário o transporte solicitado.”

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATA EM MINUTA.** -----

**PELAS DOZE HORAS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA.** -----

*António Borges*  
